

## Conexões entre a Boca do Mato e a Cidade Macuti: territorialização, discurso higienista e marginalização

Aiúba Ali Aiúba<sup>1</sup>

Luis Gustavo Costa Araújo<sup>2</sup>

Regiane Augusto de Mattos<sup>3</sup>

**Resumo:** Partindo de um passado conectado por experiências sociais compartilhadas de colonização e escravização na América Latina e em Moçambique, o artigo tem por objetivo refletir sobre processos históricos enfrentados por duas comunidades especificamente – a Boca do Mato no Rio de Janeiro e a Cidade Macuti, na Ilha de Moçambique. Destacamos os aspectos comuns que dizem respeito à ocupação desses espaços desde o início do século XIX por escravizados fugidos ou libertos, conhecidas como quilombos (Serra dos Pretos Forros) ou mussitos (Ilha de Moçambique), e que são fruto do processo de territorialização, percebido também em outras partes da América Latina, como os *cumbes*, na Venezuela e os *palanques*, na Colômbia; bem como a arquitetura das moradias que remontam às técnicas africanas com o uso da terra, madeira e cobertura com fibras vegetais. Quanto às representações sobre as populações e suas manifestações culturais analisamos alguns casos de perseguição e depreciação das práticas religiosas e culturais, como os cultos de matriz africana e os chamados batuques, resultado da produção de imaginários culturais ligados também ao processo de territorialização colonial. O segundo eixo apresenta uma reflexão sobre um processo marcado por ações sanitaristas e por discursos higienistas diante das epidemias que assolaram esses espaços entre meados do século XIX e o início do XX, e que foram atrelados a projetos “modernizadores” das cidades. Analisamos nessa seção como a febre amarela no Rio de Janeiro e a peste bubônica na Ilha de Moçambique, bem como as

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa História Social da Cultura da PUC-Rio e professor da Universidade Lúrio (Nampula, Moçambique), desenvolve atualmente o projeto de pesquisa Narrativas da paisagem histórica e cultural da Ilha de Moçambique: um estudo dos bairros de Macuti com bolsa PEC-PG CNPq. Endereço para correspondência: Rua primeiro de Maio, casa número 70, bairro de Muhala-expansão, Cidade de Nampula, Moçambique. E-mail: aiubaali@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando no Programa História Social da Cultura da PUC-Rio desenvolve atualmente o projeto de pesquisa Necrotopia: espacializações do poder no Vale do Paraíba escravista. com bolsa do CNPq. Endereço para correspondência: Rua Ubaldino do Amaral, 90, apto. 1604, Centro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. CEP: 20231-016. E-mail: luis.costaraujo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e docente do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Coordenadora do projeto Constelações Transatlânticas: conexões culturais entre a Boca do Mato (RJ) e a Cidade Macuti (Moz) com financiamento Edital Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018. Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 Gávea, Rio de Janeiro (RJ) Brasil, CEP: 22451-900 – Cx. Postal: 38097. E-mail: regianemattos@puc-rio.br

políticas de saúde pública atreladas a uma ideologia racial, impactaram as populações da Boca do Mato e da Cidade Macuti. Quanto ao restante da América Latina, uma conexão possível é feita com alastramento da chamada "febre do temperamento", do Brasil em direção a Montevidéu e Buenos Aires, em meados da década de 1850. Ambos resultaram na marginalização racial e na exclusão social de indivíduos negro-africanos habitantes dessas comunidades.

**Palavras-chave:** territorialização, marginalização social e racial, histórias conectadas

### **Connections between Boca do Mato and Cidade Macuti: territorialization, social hygiene discourse and marginalization**

**Abstract:** Starting with a past connected by shared social experiences of colonization and enslavement in Latin America and in Mozambique, the aim of the article is to reflect on the historic processes faced by two specific communities – Boca do Mato, in Rio de Janeiro, and Cidade Macuti, in the Island of Mozambique. We highlight the common aspects related to the occupation of these spaces from the beginning of the nineteenth century by escaped or freed slaves, known as *quilombos* (Serra dos Pretos Forros) or *mussitos* (Ilha de Moçambique), which are the fruit of the territorialization process, also perceived in other parts of Latin America, such as the *cumbes*, in Venezuela, and the *Palanques*, in Colombia; as well as the architecture of the houses which draw on African techniques, such as the use of land, wood, and plant fibers as coverage. Regarding the representations of populations and their cultural manifestations, we analyze some cases of persecution and depreciation of religious and cultural practices, such as religious cults of African origin and the so-called *batuques*, resulting from the production of cultural imaginations linked to the process of colonial territorialization. The second axis is a reflection on a process marked by public health actions and hygienist discourse in relation to the epidemics that devastated these spaces between the mid nineteenth and the early twentieth century, which were linked to the “modernizing projects” of the cities. In this section, we analyze how yellow fever in Rio de Janeiro and the bubonic plague on the Island of Mozambique, as well as public health policies linked to a racial ideology, impacted the populations of Boca do Mato and Cidade Macuti. In relation to the rest of Latin America, a possible connection is made with the spread in the mid-1850s of the so-called “temperature fever” from Brazil to Montevideo and Buenos Aires. Both resulted in the racial marginalization and social exclusion of black/African inhabitants of these communities.

**Keywords:** territorialization, social and racial marginalization, connected history.

**Artigo recebido em:** 30/10/2021

**Artigo aprovado para publicação em:** 26/01/2022

Existem muitas conexões entre a América e a África. Um Atlântico inteiro de lutas, de resistências, de tristezas, mas de belezas também; um oceano de histórias, de narrativas transatlânticas. Ao revelar algumas experiências proporcionadas pela colonização e escravização, este artigo pretende discutir processos históricos de marginalização social e racial, cujas cicatrizes marcam as terras e as gentes desses dois continentes. Nesse vasto território, duas comunidades específicas foram escolhidas – a comunidade Boca do Mato, no Rio de Janeiro, e a Cidade Macuti, na Ilha de Moçambique, por apresentarem processos históricos de marginalização semelhantes, sendo possível ainda traçar alguns paralelos com outras localidades da América Latina.<sup>4</sup>

Como repositório primordial da mão de obra escravizada, sustentado pela Igreja e logo depois pela Ciência, a África tornou-se um continente de mercadorias. Uma terra de povos inferiores que precisavam ser civilizados, visto sua selvageria nata, ou necessitavam de uma constante tutela, devido a sua imbecilidade crônica<sup>5</sup>. Fosse qual fosse a justificativa, eram inúmeros os critérios que legitimavam a exploração de negros africanos, tendo no rapto e na tortura os meios de consolidação do maior processo de migração forçada da história do homem sobre a Terra. Em viagens transatlânticas que podiam durar mais de 50 dias, milhares de africanos eram separados de suas famílias,

---

<sup>4</sup> Este artigo traz os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Constelações TransAtlânticas: conexões entre as comunidades Boca do Mato (RJ) e Cidade Macuti (Moçambique)”. Esse projeto é financiado pelo Edital Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018 e conta com a participação de 8 pesquisadores e colaboradores em níveis acadêmicos distintos e vinculados a diferentes universidades do Brasil e de Moçambique. Para expressar os resultados do trabalho de pesquisa conjunto entre a equipe de pesquisadores, brasileiros e moçambicanos, e as populações da comunidade Boca do Mato e da Cidade Macuti, recorreremos à criação de um Atlas de Imagens seguindo o método encontrado nos estudos do historiador alemão Aby Warburg (1886-1929). A presente pesquisa terá como objetivo a produção de um atlas com constelações de imagens em três formatos (exposição, *e-book* e banco de dados digital) que aproximem diferentes experiências na comunidade Boca do Mato e da Cidade Macuti. A reunião das imagens em um atlas apresenta-se como um método eficaz tanto de levantamento e criação de arquivos dessas duas comunidades, quanto de produção de narrativas e de leituras no interior de cada agrupamento imagético. Assim como no método proposto por Warburg, as imagens que irão compor as constelações do atlas aqui proposto não se limitam apenas a fotografias ou desenhos. Podem ser adicionados *frames* de vídeos, fotografias de documentos, imagens de jornais, mapas, transcrições de relatos, fotografias feitas de outras fotografias, ou seja, uma infinidade de recursos e linguagens. Agradecemos especialmente aos integrantes do projeto Fauzia Jamú, Guido Dowsley, Guilherme Mattos, Milton Novela e Pinho Cololo.

<sup>5</sup> Para uma abordagem abrangente dos discursos que legitimaram o processo de escravização, ver: A questão da raça. In: MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

obrigados a refazer seus sonhos. (HILL, 2006) Ocupando uma zona do 'não ser', nessa nova configuração de mundo, a sua existência enquanto ser humano não era considerada além da sua capacidade de satisfazer as vontades dos que se diziam seus 'donos'. (FANON, 2008)

As relações entre a América e a chamada costa oriental da África, onde Moçambique está localizado, foram constituídas principalmente a partir do século XVIII com os contatos comerciais e diplomáticos entre essas duas regiões. Essas conexões históricas foram marcadas por levadas de migrações forçadas de africanos escravizados, que saíram dos principais portos do atual Moçambique e se fixaram, sobretudo, no sudeste brasileiro. A intensificação do tráfico de escravizados aconteceu em fins do século XVIII com a política colonial implementada pelo Marquês de Pombal, que fez da região oriental africana a grande fornecedora de mão de obra escravizada para o Brasil.

Entre 1786 e 1794, de Moçambique eram embarcados para a América cerca de 5.400 escravizados por ano. Durante o século XIX, essa área aumentou significativamente suas exportações, atingindo, já na primeira década, a marca de dez mil escravizados, na década seguinte, sessenta mil e, nas terceira e quarta décadas, cem mil cada. (LOVEJOY, 2002, p.109, 234) A maior parte dos escravizados foi exportada a partir da Ilha de Moçambique (na região norte), o mais importante porto de onde partiam inúmeras viagens comerciais em direção ao sul, como Quelimane, Sofala, Inhambane, ao norte para as cidades suaflis de Quíloa, Pemba, Mobaça, Lamu e pelo oceano Índico para as ilhas de Zanzibar, Comores e Madagascar e até às regiões mais distantes do Golfo Pérsico e da China. Quelimane, cidade litorânea da província da Zambézia, destacou-se como um dos maiores pontos de exportação de escravizados de Moçambique para a América, transportando só para o Brasil, em 1806, 1.080. Entre 1820 e 1832, foram traficados pela rota Quelimane-Rio de Janeiro aproximadamente quatro mil africanos por ano. (ROCHA, 1991, p. 200-204)

Vale lembrar que houve também o estabelecimento de vários mercadores do Brasil em terras do sudoeste africano. Em fins do século XVIII, existia na Ilha de Moçambique, estabelecida por Antônio Lopes da Costa, a chamada *Casa do Rio de*

*Janeiro*, onde se comercializavam várias mercadorias produzidas no Brasil, tais como açúcar, aguardente, mandioca, milho, feijão, abóbora, batata-doce, papaia, goiaba, tabaco, armas, pólvora, madeiras para a construção de navios e cordame para embarcações. Em troca, de Moçambique para o Brasil, eram levados escravizados, ébano e tecidos da Índia. Em 1768, foram exportados para o Brasil tecidos de Bengala, comercializados diretamente pela *Casa do Rio de Janeiro*. (ROCHA, 1991, p. 200-204)

O Atlântico separa a Boca do Mato, no Rio de Janeiro, e a Cidade Macuti, na Ilha de Moçambique, por mais de 9.000km, porém, esse mesmo oceano que afasta também une esses dois espaços através desse passado conectado e de experiências históricas comuns. Inspirados pela perspectiva do intelectual camaronês Achille Mbembe (MBEMBE, 2014) ao privilegiar grandes marcos analíticos, como a escravização e a colonização, numa faixa de tempo abrangente, abordamos ao longo do século XIX e início do século XX a simultaneidade e as aproximações dos processos históricos de marginalização social e racial, mas destacando a heterogeneidade e os diferentes interesses de grupos sociais e suas manifestações nesses espaços geográficos específicos.

Nesse sentido, seguindo também a proposta das “histórias conectadas” apresentada pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, privilegamos a investigação de histórias locais que possam revelar dinâmicas mais amplas, para além da lente das histórias nacionais, e que considere a circulação de pessoas, ideias e projetos nos múltiplos espaços constituídos através do Atlântico. (SUBRAHMANYAM, 1997)

A partir de uma encruzilhada de escalas, ambas abordagens escolhidas nos permitem pensar as múltiplas histórias que estão ligadas ou se comunicam entre si. É o caso de projetos globais de colonização e escravização e sua aplicação em espaços específicos da América e da África, como os investigados nessa pesquisa. Além de possibilitar o interlace entre as diversas histórias e suas dimensões macro e micro, ao elaborar o conceito de *connected histories*, Subrahmanyam realiza uma crítica aos estudos simplesmente comparativos que, em geral, partem dos processos históricos centrados na Europa e pelo viés do nacionalismo metodológico, e costumam elaborar análises dualistas ou criadora de sínteses.

Dessa maneira, essa perspectiva procura conectar elementos até então isolados e presentes em sociedades distintas ao aproximar experiências históricas de diferentes nações, transpondo fronteiras geográficas e políticas, mas também epistêmicas. Como o próprio Subrahmanyam afirma: “A minha proposta era, então, observar fenômenos que articulam histórias para além das tradicionais fronteiras do pensamento o que nos convida a reunir os objectos que são comparados – e assim separados – de forma mais banal.” (XAVIER; SANTOS, 2007, p.259)

Para promover essa travessia transatlântica, este artigo foi construído a partir de dois eixos. O primeiro eixo traz à luz os processos de ocupação dos espaços físicos das duas comunidades estudadas – Boca do Mato e Cidade Macuti – e um conjunto de representações sobre suas respectivas populações e expressões culturais no século XIX.

Apresentamos aspectos comuns que dizem respeito à ocupação desses espaços como resultado da territorialização promovida pela colonização, que acabou por instituir fronteiras e hierarquias sociais e raciais. As relações de poder assimétricas estabelecidas nesse contexto estavam expressas tanto nos hábitos da sociedade colonial, que se constituía cada vez mais sobre bases segregacionistas, quanto no próprio espaço físico, que precisava deixar explícito em sua materialidade quais eram os limites que diferenciavam o espaço do soberano e o do subalterno. Esse arranjo do espaço, que segregava e mutilava a existência do negro-africano dentro da organização colonial, é uma das principais características que sobrevivem até hoje estruturando as experiências dos sujeitos subalternizados. Como aponta Mbembe, a ação sobre o espaço era uma estratégia de dominação largamente utilizada pela soberania no contexto da colonização, bem como nas estratégias contemporâneas de dominação. (MBEMBE, 2016)

Conhecidos como remanescentes de quilombos (Serra dos Pretos Forros) ou mussitos (Ilha de Moçambique), as comunidades da Boca do Mato e da Cidade Macuti foram formadas muito provavelmente por escravizados fugidos e por libertos e seus descendentes, e são fruto desse processo de territorialização, percebido também em outras partes da América Latina, como nos *cumbes*, da Venezuela, e nos *palanques*, da Colômbia.

Ainda nesse primeiro eixo, destacamos igualmente as semelhanças da arquitetura das moradias das duas comunidades que remontam às técnicas africanas com o uso da terra, madeira e fibras vegetais. Quanto às representações sobre as populações e suas manifestações culturais, analisamos alguns casos de perseguição e depreciação das práticas religiosas e culturais, como os cultos de matriz africana e os chamados batuques, desvelados a partir de fontes documentais como jornais e relatos memorialísticos.

O segundo eixo traz uma reflexão sobre um processo marcado por ações sanitárias e discursos higienistas diante das epidemias que assolaram esses espaços entre meados do século XIX e o início do XX, e que foram atrelados a projetos “modernizadores” das cidades. Analisamos nessa seção como a febre amarela no Rio de Janeiro e a peste bubônica na Ilha de Moçambique, bem como as políticas de saúde pública atreladas a uma ideologia racial, impactaram as populações da Boca do Mato e da Cidade Macuti. Quanto ao restante da América Latina, uma conexão possível é feita com o alastramento da chamada “febre do temperamento” do Brasil em direção a Montevideu e Buenos Aires, em meados da década de 1850. Ambos os processos analisados neste artigo evidenciam a marginalização racial e a exclusão social de indivíduos negro-africanos habitantes dessas comunidades.

## 1. Territorialização e representações raciais

Do ponto de vista arquitetônico das casas da Ilha, elas demonstram a grande casa e os quintais onde tem as sanzalas. (...) Se nós colocarmos um zoom e virmos a Ilha de longe, percebermos o contorno da Ilha, sentimos que ela tem a grande casa que é a Cidade de Pedra e a sanzala que é a parte de macuti. Aí no hospital está o muro invisível, o muro negro, onde divide as duas cidades. Então, esse muro que tem que ser quebrado. A missão é quebrar este muro (...) A cidade demonstra isso. O sofrimento do passado. O vento da história foi muito drástico. Aqui é muito mais visível isso.<sup>6</sup>

Muito recorrentes ao longo da pesquisa de campo, narrativas como essa acima, elaborada pelo *shehe*<sup>7</sup> Hafiz Jamú, da confraria Qadiriyya-Bagdad (Ilha de Moçambique), nos informam sobre os usos dos espaços no presente que reverberam ecos dos processos de territorialização ocorridos no passado colonial e escravista comuns à Ilha de

---

<sup>6</sup> Entrevista com Hafiz Jamú, em 16/07/2016, Ilha de Moçambique.

<sup>7</sup> Principal representante das confrarias muçulmanas.

Moçambique e à Serra dos Pretos Forros (RJ). Processos que, sob efeitos do racismo, construíram muros simbólicos entre as pessoas e os lugares e se refletiram nas representações das suas populações.

Para entender, então, esses processos históricos que ocasionaram a marginalização social e racial dessas populações apresentaremos nessa primeira parte do artigo um estudo sobre a ocupação dos espaços físicos das duas comunidades – Boca do Mato e Cidade Macuti – e um conjunto de representações sobre suas respectivas populações e expressões culturais no século XIX.

### **1.1. “(...) lá do alto do morro, na Serra do Preto Forro, eu fui lá pra macumbar”**

A comunidade Boca do Mato está localizada entre os bairros Lins de Vasconcelos e Cabuçu, na zona norte do Rio Janeiro. De acordo com alguns moradores, a origem de seu nome faz referência ao aspecto físico da sua paisagem, visto que ao chegar na região, é possível observar a existência de uma parte baixa em que se assentam algumas habitações, sendo essa área circundada pela vegetação densa da serra, dando a impressão de estar sendo engolida. Esse gesto, para além de uma metáfora, ilustra também a relação intrínseca entre a Serra dos Pretos Forros e a comunidade Boca do Mato que se consolida tanto no espaço como no tempo.

#### **Imagem 1: Boca do Mato na Serra dos Pretos Forros**



Fonte: Acervo pessoal (Guido Dowsley), 2019

O início do povoamento da região aconteceu a partir do estabelecimento de negros africanos alforriados e também fugidos do cativo, que fixaram moradia aos pés da serra. Há notícias de que essa comunidade começou a se formar em 1814 e hoje é o que podemos chamar de remanescente de quilombo. As comunidades quilombolas foram uma das formas de resistência mais recorrentes no período colonial. (RIBEIRO, 2019, p.17)

Essa mesma experiência ocorreu em muitas outras regiões da América. Na Venezuela eram chamadas de *cumbes*, na Colômbia, de *palanques*, na Jamaica, no Caribe inglês e no sul dos EUA, de *marrons*. Em São Domingo (Haiti) e em outras partes do Caribe francês encontramos a expressão *marronage* e em Cuba e Porto Rico, *cimarronaje* para designar o que no Brasil ficou conhecido primeiramente como mocambo e, mais tarde, quilombo. (GOMES, 2018, p.372)

Segundo o historiador Flávio Gomes (2018, p.368), no século XVII as câmaras municipais já os definiam como agrupamentos com “dois ou mais fugidos que tivessem ranchos e pilões”. E, em 1740, o Conselho Ultramarino determinou que quilombo era

"toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Os quilombolas comercializavam com escravizados e com a população livre, como taberneiros, garimpeiros, pescadores, roceiros, quitandeiras, dentre outros trabalhadores. Na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, os quilombolas cultivavam, no final do século XVIII, grandes roças de mandioca e vendiam a farinha para os franceses.

Conforme aponta Wilson Dreux em seu estudo sobre as origens do Méier, um dos bairros que faz divisa com a Serra dos Pretos Forros:

O Meyer começou a se formar na primeira metade do século XVIII, quando se localizaram nas encostas de um morro, hoje conhecido por Pretos Forros, os primeiros pretos alforriados que ali chegaram e fundaram um arraial construindo suas 'kimbembes' feitas de varas cruzadas preenchidas por argamassa de barro e coberta com ramos de guariri e folhas de palmeiras. Fizeram um roçado para sua sobrevivência, começando assim o cultivo da terra, para em seguida iniciarem o desbravamento do lugar, devastando a mata, abrindo caminhos e picadas à procura de árvores lenhosas, madeirares e fragmento de troncos, a fim de poderem lenhar, já que eram abundantes nesses terrenos. (DREUX, 1990, p. 18)

Dois pontos são bastante significativos nessa passagem de Dreux. O primeiro deles é o aspecto arquitetônico desta ocupação inicial realizada pelos 'pretos forros'. As construções, que o autor denomina de 'kimbembes', remontam às técnicas de arquitetura africanas, como o uso da terra, madeira e cobertura com fibras vegetais. Mais à frente, veremos que essa mesma imagem aparece também na paisagem da Ilha de Moçambique, porém, em diversas outras manifestações arquitetônicas de origem africana esses elementos se fazem presentes, inclusive nas construções dos espaços de moradia dos escravizados nos interiores das fazendas brasileiras.<sup>8</sup>

O segundo fator que desperta grande atenção é a descrição das atividades realizadas pelos 'forros' que apontam para a existência de práticas ligadas ao cultivo, bem como também para a ocupação da região a partir da abertura de caminhos para a extração de madeira. No trabalho do historiador Flávio Gomes sobre a organização dos espaços de

---

<sup>8</sup> Para uma análise aprofundada das relações entre arquitetura brasileira e africana, sobretudo nos seus aspectos construtivos, sociais e culturais, desde a ocupação colonial até a contemporaneidade, ver: WEIMER, Günter. *Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura*. EDIPUCRS, 2014.

quilombo no Rio de Janeiro, especialmente na região do Iguassú no século XIX, a extração e comercialização da madeira é apontada como uma das principais atividades realizadas pelos quilombolas para estabelecer trocas comerciais com taberneiros e outros agentes locais. A abundância do mesmo material apontada por Dreux pode sugerir que este tipo de comércio seria possível na ‘Serra dos Pretos Forros’. Porém, indo além desta hipótese, o cultivo de subsistência mencionado também gerava excedentes que eram igualmente comercializados nestas transações, como também nos aponta Gomes:

A base da produção agrícola da maioria dos quilombos no Brasil era a mandioca e o milho. Com os excedentes da agricultura, da caça e da pesca, os quilombolas obtinham produtos que necessitavam, por meio de trocas com taberneiros, pequenos lavradores e de cativos de fazendas circunvizinhas. Esses produtos podiam ser, por exemplo, o sal, importante na conservação de alimentos, aguardente, carnes, roupas, armamentos e munição, estes dois últimos utilizados sobretudo na caça. (GOMES, 2012, p.274)

A importância que estas trocas apresentavam para a sobrevivência dos quilombos estava ligada tanto a uma dimensão material, dado que a partir destas transações era possível acessar outros produtos, como também em uma esfera social, já que as alianças locais auxiliavam os quilombos a resistirem aos ataques frequentes que sofriam por parte das autoridades. A narrativa apresentada por Dreux, sobre a Serra dos Pretos Forros, leva a crer que a comunidade de negro-africanos que deu origem à ocupação da região possuía suas próprias formas de existência e resistência, tanto que garantiu o crescimento exponencial da comunidade:

Com o correr do tempo ocuparam todo alto da serra, transformando-a numa imensa fazenda, que ficou conhecida como ‘a roça dos pretos forros’, muito embora, as terras que eles ocupavam fosse parte pertencentes à fazenda do Engenho Novo, ainda assim, foram os pretos que aqui se fixaram e a colonizaram, criando o primeiro centro social e agrícola que se estabeleceu nesta paragem do território. Portanto, foram eles os pioneiros da colonização deste novo povoado. (DREUX, 1990, p.18)

Quando analisamos a produção e o controle do espaço em processos de dominação colonial, e em seus desdobramentos ao longo do tempo, é flagrante o papel fundamental ocupado pela hierarquização racial de populações não-brancas, e sua subsequente marginalização, tanto na dimensão simbólica quanto material, como afirma Achille Mbembe:

A ‘ocupação colonial’ em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico — inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (‘territorialização’) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. (MBEMBE, 2016, p.135)

Um outro fato apontado por Wilson Dreux é de grande relevância para tentar recriar o cenário complexo em que se inseria a ‘roça dos pretos forros’. Com o decorrer do século XIX, ainda no período de vigência do sistema escravista no Brasil, instalaram-se na região diversas propriedades em terras cedidas pelo governo imperial, que ampliaram e diversificaram a população local, conforme é possível constatar a seguir:

(...) o lugarejo vai se estendendo cada vez mais, assim como a sua população para se tornar num povoado retalhado por chácaras de abastados proprietários e sérios senhores de escravos, apressando e dando forma ao seu progresso. Mesmo antes do final do oitocentismo, já estavam configurados todos os aspectos desse território, de vez que sua topografia já representava a Boca do Mato, Todos os Santos, José Bonifácio e Cachambi. A maior parte destas terras foram oriundas das propriedades dos Meyer, que foram seus grandes possuidores. (DREUX, 1990, p.22)

A presença de proprietários de escravizados nas imediações da ‘roça’ acrescenta mais uma camada na análise dos conflitos que poderiam ter sido presentes na época. Os escravizados fugidos dessas propriedades utilizavam o ‘Caminho do Gambá’ como forma de chegar até o quilombo, evidenciando a integração que a comunidade dos forros tinha com a população negro-africana da região. (DREUX, 1990, p.19). Era comum aos espaços de quilombo a utilização de caminhos próprios, picadas e outras formas de camuflagem através da geografia dos locais em que se assentavam. (GOMES, 2012, p.273) No caso da Serra dos Pretos Forros, o ‘Caminho do Gambá’ se encontrava na encosta da serra, auxiliando nas fugas e criando esconderijos.

Porém, mesmo com toda a capacidade de resistência que garantiu uma vida de mais de um século para a organização dos pretos forros, com o avanço da ocupação das terras circundantes as narrativas deste quilombo vão desaparecendo dos registros. A construção da cidade formal vai trazendo para o espaço, a partir do final do século XIX, uma grande quantidade de loteamentos que, somada às grandes propriedades já

existentes, começou a mudar as configurações urbana e social da região. No próprio trabalho de Wilson Dreux é visível essa transformação. Conforme entram em cena, na história do Méier, os nomes das principais famílias que passam a constituir a elite local a partir de 1880, some drasticamente o protagonismo da população negro-africana e dos ‘pretos forros’. Com relação a essa ‘segunda fase’ do desenvolvimento da região, Dreux aponta:

O segundo [momento], se referenda a chegada da patriarcal família dos Meyer que contribuíram de maneira marcante para o crescimento do povoado por meio da agregação das terras já que eram seus grandes possuidores. Doando terrenos, abrindo ruas e incentivando seus vizinhos, ajudaram a construir este solo. Merecedores do respeito e veneração de todos os moradores, era portadora de imenso prestígio. E, diga-se mesmo, que a família Meyer resumia na localidade toda a instituição social daquele tempo. (DREUX, 1990, p.112)

A expansão do bairro por meio da inserção de novas famílias a partir dos círculos de relação da elite local produziu o branqueamento, no mínimo simbólico, desses espaços. Tanto que a história do lugar passa a se confundir com as trajetórias dessas famílias, que, inclusive, tornam-se topônimos, como é o caso dos Meyer e dos Lins dos Vasconcelos. No avesso, mas não tão escondida assim, permanece a comunidade negra agora reduzida ao lugar de inferioridade e marginalização social ao qual os negro-africanos são relegados no período pós-abolição.

Um exemplo expressivo desse cenário de subalternização da comunidade negra no território da Serra dos Pretos Forros/Boca do Mato é a perseguição das práticas culturais e religiosas de matrizes africanas. Na tentativa de controlar e fomentar o processo de marginalização de sujeitos negro-africanos, principalmente com o fim da escravidão, passa a ser construído no Brasil um grande aparato jurídico e policial. Essa postura passa a tratar com mais truculência atividades até então, de algum modo, toleradas, estando entre elas os cultos religiosos:

É interessante observar que o Código Criminal de 1830 não incluía perseguição aos feiticeiros. Embora a religião dos negros fosse então vista como feitiçaria, não sentiram os legisladores brasileiros necessidade de controlá-la através da lei mais geral, enquanto vigorou o estatuto da escravidão. Tomados livres e, conseqüentemente, ao menos no nível do discurso, sujeitos de uma igualdade política e constitucional, no Código Penal passa a figurar artigo no qual se poderiam enquadrar as religiões dos negros, geralmente tidas como feitiçaria, bem como manifestações da religiosidade das camadas populares, agora

potencialmente mais perigosas, por que engrossadas por milhões de negros livres. (OLIVEIRA, 2014, p.314)

Dentre as vítimas desse novo quadro de repressão que atingia a comunidade religiosa negra, agora livre, é possível apontar o caso da representante religiosa da Boca do Mato conhecida como Tia Chimba. No ano de 1908, o Jornal ‘O Subúrbio’ trouxe em suas páginas uma nota intitulada ‘Cartomantes e Feiticeiros’, que atualizava os leitores sobre a situação de uma ‘campanha’ levantada pelo jornal contra a atividade de ‘cartomantes e feiticeiros’ que atuavam na região da Serra dos Pretos Forros. Os ‘meliantes’, conforme foram descritos, possuíam um local de culto na Rua Aquidaban, tendo como figura central a ‘velha e negregada Tia Chimba’. A equipe d’O Subúrbio havia acionado a força policial para interromper as atividades de ‘batuques’ que ‘perturbavam’ a população local, conforme é possível ver na transcrição a seguir:

Causou verdadeiro pânico no meio em que operam os feiticeiros e cartomantes, a campanha honesta que levantamos em boa hora a pedido de diversas pessoas que têm sido espoliadas por esses meliantes.

E o susto cresceu quando tiveram eles a certeza de que a polícia não pactuava com essa pouca vergonha.

Realmente já causava espanto ver como proliferavam esses antros, como se passava o conto do vigário a dezenas de pessoas e não havia sequer o mentor movimento por parte das autoridades incumbidas de zelar pela tranquilidade pública. (...)

Apavorado com o alarme dado por nós e certo de que o dr. Eulálio Monteiro, delegado do 19º distrito, está preparado para dar combate decisivo a bruxaria Maurício, o conhecido explorador e traficante, amasio de Elvira Cabocla e fiel cumpridor das ordens da velha e negregada Tia Chimba, adiou já duas vezes o batuque que realizava no seu antro da rua Aquidaban.

Há apenas o bater de latas velhas, incômodo, entretanto, para a vizinhança, que não pode tolerar que lhe tirem as horas de repouso.

Enquanto se adiam na casa de Maurício os batuques, vai a matreira ‘Tia Chimba’ escolhendo a sua sucessora, que é uma mulher de nome Esmeralda.

Está rica a perigosa megera da Serra dos Pretos Forros; não quer cansar-se durante o ano próximo vindouro e por isso escolheu já a sua auxiliar. Irá, talvez, assentar uma outra tenda em outro lugar, mas nós a acompanharemos, qualquer que seja o esconderijo onde se encafue. (...)

---

Sabemos que a Escolástica apontada por nós como auxiliar poderosa de ‘Tia Chimba’ nas feitiçarias anda apreensiva e já foi procurar a sua conselheira para que ela lhe dissesse como devia proceder. A velha raposa da Serra dos Pretos

Forros, que é como que um oráculo, mandou-a ao Gaudêncio, porque este é considerado como um advogado.

Já se pensou mesmo em chamar ‘O Subúrbio’ a responsabilidade e este lance de audácia foi posto à margem por Maurício, que não quer mais negócios com a justiça e por Daniel que teme perder o emprego que tem.<sup>9</sup>

A visão negativa e depreciativa com que os representantes religiosos eram descritos na matéria era reforçada pela ilustração abaixo, que acompanhava o título desta. É possível ver uma representação do bairro do Méier, dentro de um círculo que é ‘tocado’ pelo dedo de uma personagem fantasmagórica com feições animalizadas, — provavelmente uma representação da própria Tia Chimba —, que é acompanhada por diversas representações de figuras relacionadas a rituais identificados pejorativamente como ‘magia negra’.

**Imagem 2: “Cartomantes e Feiticeiros”**



“Cartomantes e Feiticeiros”

Rio de Janeiro. Jornal O subúrbio, 5 de dezembro de 1908.

<sup>9</sup> Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional – RJ. Jornal O subúrbio, 5 de dezembro de 1908.

Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional – RJ.

Em 1930, uma embolada composta por Heitor dos Prazeres, gravado por Paulo Portela, também narra os ataques realizados pela polícia ao espaço de culto da Tia Chimba. A música, que leva o nome da matriarca religiosa, expõe a truculência da ação das autoridades:

A Tia Chimba de lá do alto do morro

Na Serra do Preto Forro

Eu fui lá pra macumbar

Arreneguei-me da subida da ladeira

Me joguei na capoeira

Me sentei pra descansar

Refrão:

Macumbe-bê Macumbê Macumbá-bá

Macumba é bom, mas eu não vou lá

No bom da festa saiu uma trapalhada

Por volta da madrugada a polícia lá

chegou

O barafunda gritou por todos os cantos

chamavam todos os santos, mas

ninguém se escapou

[Refrão]

As nêga véia choravam que nem criança

Incomodando a vizinhança pedindo pra

se esconder,

Mas a polícia tava numa atividade

Fazendo perversidade e malvadeza

como o quê

[Refrão]

Eu disfarcei e fui saindo pro quintal

Uma voz disse abaixa o pau e quis sair

lá no portão

Eu bem sabido fui metendo a mão no  
bolso e puxei-lhe um caroço e dei na  
mão do prontidão

[Refrão]

Ele me disse então vai logo descendo  
que ninguém está te vendo

Não me deixa enrascado

Eu fui saindo, levantando e caindo

No mesmo tempo me rindo com o  
coração descansado.

[Refrão]

Eu não sou bobo, fui logo dando o fora

Por volta das 2 horas eu não sei como ficou

Eu só me lembro que deixei a Tia Chimba

sentada numa tarimba resolvendo com seu doutô.

[Refrão]

A letra de Heitor dos Prazeres evidencia a truculência da ação policial e também revela as formas próprias com que as vítimas dessas ações lidavam com estes conflitos. Enquanto o personagem principal da música pagou uma propina a um dos policiais para ‘descer’ o morro, a Tia Chimba tentava conversar com outro. Não é possível afirmar que a letra da embolada se refere ao mesmo ataque da campanha d’O Subúrbio, porém, a recorrência das atividades religiosas e o engajamento do jornal em levantar-se contra elas evidenciam a recorrência dessas ações de repreensão. A forma como imagem e texto são articuladas na matéria apresentada também demonstra a intenção de criar uma imagem estereotipada e negativa da comunidade negra, associada sempre a aspectos de marginalização e subalternidade. Em oposição, a composição de Heitor dos Prazeres não se utiliza dessa linguagem para construir sua narrativa. A música atribui aspectos negativos aos policiais e suas ‘malvadezas’, evidenciando os excessos cometidos pelas autoridades nesses ataques.

Esse cenário de violência evidenciado a partir dessa breve análise sobre os ataques sofridos pelos espaços de religiosidades de matrizes africanas na Serra dos Pretos Forros é apenas um exemplo dos efeitos da marginalização das culturas e dos sujeitos negros no pós-abolição. Abdias Nascimento, em seu trabalho ‘O genocídio do negro brasileiro’<sup>10</sup>, apresenta as reverberações materiais e simbólicas desses ataques racistas, e seu papel na efetivação do plano de eliminação sistemática da população negra no Brasil. Para além de golpes contra as expressões culturais e religiosas, a própria forma de ocupação dos espaços e as lógicas que ordenavam essas ações também tinham um papel importante nesse processo.

Apesar de todas as tentativas de perseguição e controle sofridas pela população negra na região, com o passar dos séculos, a comunidade Boca do Mato continua sendo um local de grande importância para as tradições e culturas de matrizes negro-africanas. Os moradores mais antigos mantêm vivas as histórias que remontam o tempo da escravização, em um exercício de memória constante que constrói novos sentidos sobre o espaço, lutando contra o silenciamento e os efeitos do racismo, que estruturalmente constrói “muros” entre as pessoas e os lugares. “Muros” que também são possíveis de se ver do outro lado do Atlântico, na Ilha de Moçambique.

## 1.2. “O muro invisível da Ilha”

Dada a sua localização geográfica no Oceano Índico, a Ilha de Moçambique<sup>11</sup> tornou-se, desde cedo, um ponto de encontro entre povos de origens bantu, suaíli, árabe, persa, indiana e portuguesa. A partir do século X, mercadores árabes e persas muçulmanos foram difundindo o Islã entre as populações costeiras da África Oriental, estruturando-se em unidades políticas denominadas de Xeicados e Sultanatos, dentre eles

---

<sup>10</sup> NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

<sup>11</sup> A cidade da Ilha de Moçambique está localizada na República de Moçambique, a cerca de 2400 km da capital do país – a cidade de Maputo – e cerca de 180 km da capital da província nortenha de Nampula. A ilha situa-se à entrada da Baía de Mossuril, no Oceano Índico. Uma ponte de cerca de 3 km, construída nos anos 1960, liga a Ilha ao continente, em particular ao Posto Administrativo do Lumbo (que abrange um território de cerca de 440 km<sup>2</sup>), que juntamente à parte insular (cerca de 1km<sup>2</sup>) forma o Distrito da Ilha de Moçambique. Fazem parte do arquipélago três pequenas ilhas, não habitadas: a Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim de mesmo nome, a leste as ilhas de Goa e Sena.

o Xeicado da Ilha de Moçambique, fundado por Hassani Moussa M’Biki (de onde advém, provavelmente, o nome de Moçambique), por volta do século XI.

A presença portuguesa teve lugar a partir do século XV, quando portugueses atingiram essa costa e se fixaram na Ilha de Moçambique. Assim como outras cidades africanas que passaram pela experiência do colonialismo, também sofreu intervenções no seu espaço físico. Com a instalação do governo português, a cidade da Ilha de Moçambique teve seus edifícios reconstruídos em pedra coral, cal e madeira. As construções militares costeiras, como fortes e fortalezas, tinham o intuito de proteger o núcleo citadino, mas também de dar apoio logístico às trocas comerciais, incluindo o tráfico de escravizados. Os edifícios religiosos, notadamente as igrejas, foram também um dos pilares da presença portuguesa, cujo catolicismo foi imprescindível para a expansão da colonização. Em torno desse núcleo básico foi se constituindo a ocupação da cidade. (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. XVI)

Os atributos da paisagem histórica e cultural da Ilha de Moçambique compreendem dois sistemas urbanos: a Cidade de Pedra e Cal, ainda com influência árabe-persa, suaíli e europeia; e a Cidade Macuti, de influência suaíli e da arquitetura tradicional africana. Essa divisão do espaço físico da Ilha de Moçambique revela vários processos históricos relacionados à escravização e à colonização que geraram, em grande medida, a marginalização social e racial de alguns grupos sociais.

Muitos moradores hoje da Cidade Macuti relatam a existência de um “muro invisível” demarcando essa divisão da Ilha, delimitada pelo prédio do Hospital. Esses moradores atravessam cotidianamente esse “muro” para trabalharem na Cidade de Pedra e Cal, hoje local de serviços públicos, restaurantes, hotéis, pontos turísticos e sede da universidade.

A Cidade de Pedra e Cal (parte norte da Ilha) possui casas construídas no alinhamento frontal dos lotes e sem recuos laterais. O espaço da rua é definido pela fachada das construções com características da arquitetura colonial. A pedra coralina utilizada para a edificação dessas casas era extraída por trabalhadores escravizados e

livres de uma pedreira existente na parte sul da Ilha. A região da antiga pedreira é atualmente composta por alguns bairros da chamada Cidade Macuti, como Lithini<sup>12</sup>, Esteu e Areal. Por isso a diferença de nível das casas.

A Cidade Macuti foi assim nomeada devido ao tipo de moradia construída pela população que ocupou o espaço das pedreiras. As “casas de macuti” possuem características de arquitetura vernacular com medidas que variam entre 11x9m e 11x10m. As paredes externas são rebocadas com argamassa de cal. A separação dos quintais é feita, em geral, com bambu. E a cobertura é vegetal feita com a palha de coqueiro, de onde vem o nome macuti.

**Imagem 3: Cidade Macuti, Ilha de Moçambique**



Acervo Digital Suaflí, 2016 ([www.acervodigitalsuaflí.com.br](http://www.acervodigitalsuaflí.com.br))

Os historiadores Nuno Domingos e Elsa Peralta (2013, p. X), em estudo sobre como as sociedades coloniais do chamado Império português se constituíram tendo como

---

<sup>12</sup> *N'lithi* na língua local *emakua* significa no buraco.

objeto principal de investigação as cidades, ressaltam que a urbanização colonial portuguesa seguiu algumas diretrizes primordiais, tais como a formação de uma economia globalizada ligada intrinsecamente à produção e à uma divisão internacional do trabalho, bem como às estratificações sociais. Essas diretrizes se refletiam em processos de racialização e categorização étnica e na ocupação e divisão dos espaços físicos. (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. X)

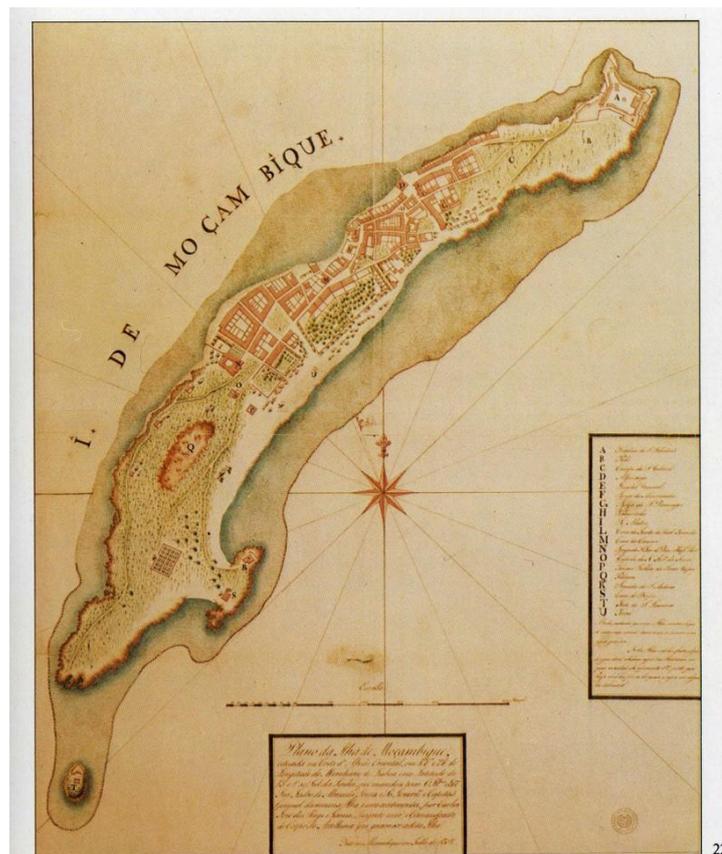
É na cidade que a ordem espacial dos projetos e imaginações imperiais é concretizada. E são as cidades dos impérios e das metrópoles que operam como centros de poder e conexão da intrincada rede de relações e de trocas que está na base do sistema-mundial vigente, também ele criado pelo colonialismo. As cidades coloniais constituem-se como centros de administração e de poder colonial e como locais de fluxo de bens e de serviços. São importantes locais de transferência da cultura imperial e capitalista moderna para novos espaços, muito contribuindo para a reprodução de ordens ideológicas, económicas e culturais e de controlo de populações. (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p.XVI)

O processo de ocupação do antigo espaço das pedreiras remonta, sobretudo, ao século XIX. Durante a pesquisa nos arquivos, bibliotecas e instituições da Ilha de Moçambique<sup>13</sup>, fizemos a recolha de registos cartográficos por meio dos quais é possível afirmar que a exploração de pedreiras ocorreu a partir do início do século XIX, como mostra o mapa abaixo, quando já se nota o espaço das pedreiras (buraco) e o seu entorno ainda com bastante vegetação.

#### **Imagem 4: Plano da Ilha de Moçambique**

---

<sup>13</sup> O trabalho se concentrou principalmente nas seguintes instituições onde notou-se um maior potencial relativo ao tema do projeto: Arquivo e Biblioteca do Município da Ilha de Moçambique, Conselho Autárquico da Ilha de Moçambique, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (Gacim) e Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique (Cairim – Universidade Eduardo Mondlane).



Ilha de Moçambique/Plano da Ilha de Moçambique, Carlos Jose dos Reis e Gama, Sargento Mor e comandante do corpo de artilharia da Ilha/1802.  
Arquivo Histórico Ultramarino.<sup>14</sup>

Diferentemente desse outro mapa, datado de meados do século XVIII, onde o buraco das pedreiras ainda não havia sido retratado:

### Imagem 5: Carta topográfica da Ilha de Moçambique

<sup>14</sup> Cópia cedida gentilmente pelo GACIM (Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique).



poderia construir moradia dentro da cidade, a não ser no terreno do seu senhor e sob o seu controle. O espaço que encontraram para isso foi o da antiga pedreira de onde fora extraída a pedra coral utilizada na construção da cidade colonial. Ali foram se instalando também criados e rebanhos, vindos sobretudo do continente fronteiro à ilha e ergueram suas casas de macuti.

De acordo com o historiador moçambicano Antonio Sopa (1988, p.113-114), na década de 1820, a “cidade negra” era situada na parte sul da ilha à beira-mar, por detrás da Cidade de Pedra. Essa região era chamada de Missanga e tinha como limites “no litoral do lado exterior, entre o campo de S. Gabriel e acabando próximo do largo da Saúde”. Em 1855, os chamados “negros do Estado”, que tinham construído suas palhotas no terreno do extinto convento de São Domingos, foram removidos para um local situado na ponta da Ilha, região próxima à Missanga.

Nota-se nesse contexto uma preocupação constante com a regulamentação da ocupação do espaço público entre as autoridades locais. Várias posturas foram redigidas para ordenar a cidade e controlar a presença principalmente da população escravizada ou pobre livre na Ilha. Ainda de acordo com Sopa (1988, p. 94), apesar das tentativas da sua extinção, no final da década de 1850 existiam ainda vários “labirintos de barracas de palha, baixas, estreitas, e pouco aceitadas dentro da cidade”.

Vale dizer que a população negra era controlada não apenas no que se refere à construção de suas moradias, mas igualmente na sua circulação em determinados espaços da Ilha de Moçambique. Escravizados ou livres, os africanos eram retratados na maior parte da documentação encontrada como afeitos a grandes festejos com danças e batuques que duravam a noite toda ou até mesmo durante vários dias. O termo batuque foi difundido em Moçambique, principalmente pelos portugueses, durante o período colonial com o sentido de homogeneizar as práticas culturais dos africanos. (PEREIRA, 2016)

Nota-se com frequência o seu uso nas fontes documentais, sobretudo do final do século XIX, como em jornais publicados, relatos e memórias de administradores, militares e viajantes europeus. Não raro seus autores relacionavam o termo a imagens

depreciativas dessas populações e suas expressões musicais, como estratégia política para justificar a própria colonização. Em seu relato memorialístico, Aires de Carvalho Soveral, por exemplo, faz um relato pejorativo dessas danças, que chegavam a durar alguns dias. Elas eram “monótonas e aborrecidas, porque têm apenas por música o barulho d’um batuque, são indecentes pelos requebros e posições dançantes”.<sup>16</sup>

Devido a esses batuques que causavam aglomerações, a circulação de escravizados pela cidade era reprimida, sendo proibida a partir das 7 horas da noite. Segundo Sopa (1988, p.115), a partir de 1880 uma postura municipal determinava que a realização de “batuques” fosse permitida apenas com licença da Câmara Municipal, que custava 800 réis se fosse até a meia-noite e 1\$600 réis caso durasse a noite inteira.

A palavra batuque nas memórias de Soveral aparece não apenas relacionada às práticas musicais e ritmos dançantes dos africanos, mas ao próprio instrumento de percussão utilizado, como sinônimo de tambor, isto é, cilindros de madeira cobertos por peles de animais. Vale dizer ainda que o termo batuque não apenas representava as práticas musicais de entretenimento, outrossim era relacionado às celebrações e aos rituais das sociedades africanas, como para marcar eventos da vida social como nascimento, morte ou relacionadas à política, como a entronização de um novo chefe. (MATTOS, 2019)

Mas voltando à ocupação dos espaços físicos pelos africanos, na segunda metade do século XIX, foram implementadas as primeiras tentativas de organização da Cidade de Pedra e Cal, “tendo sido destruídas moradias e afastados os seus moradores para a ponta da Ilha”. (GAMA, 1859, p.106) Uma postura municipal de 1857 delimitava a construção de palhotas no bairro Misssanga e permitia a ocupação de outras áreas apenas com uma licença do administrador do concelho. (SOPA, 1988, p.114) Uma década depois ainda ocorreram tentativas de estabelecer limites para a construção de palhotas, depósitos de carvão, fornos de cal, currais e matadouros. Estes deveriam ficar na parte mais afastada

---

<sup>16</sup> Soveral continua com a descrição do instrumento: “O batuque é um tambor formado por um bocado de tronco de arvore, cavado e tendo n’uma das extremidades uma pelle que é percutida pelos dedos. Alguns, para reforçar, assentam n’uma meia cabaça interiormente”. (SOVERAL, 1887, p.20-21).

da cidade colonial, isto é, para "além da linha que se tirar da banca de peixe na direcção do bairro alto da Maragonha".<sup>17</sup>

Em 1887, Aires de Carvalho Soveral descrevia da seguinte maneira a Ilha de Moçambique:

A apparencia das ruas de Moçambique é agradável; as ruas são asseadas, e os prédios cuidadosamente caiados, mas cada casa de baneane, perse ou mouro, é um foco de infecção, e felizes dos habitantes de Moçambique quando chegar o dia em que façam os baneanes o que fizeram aos pretos, expulsando-os do bairro europeu (...) Vivem [os pretos] em palhotas, habitações de forma redonda, quadrada ou retangular, formada por hastes de madeira, ao alto, formando o esqueleto, cobertas de palha ou ramos de palmeira. (SOVERAL, 1887, p.20-21)

No Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique<sup>18</sup> de 1878, foi publicada a determinação de que a construção de palhotas só seria permitida no arrabalde que ficava além da linha tirada do mercado de peixe pelo lado Oeste da travessa da Saúde, em direcção ao bairro alto Maragonha. (SOPA, 1988, p.114) Quase dez anos depois, o mesmo boletim informava a ratificação dessa postura camarária, que estabelecia que “o local para a construção destas habitações ficava dos lados Sul e Norte do cemitério S. Francisco Xavier”.<sup>19</sup>

Pode-se aventar que essa preocupação recorrente de delimitar a ocupação dos espaços talvez tenha se intensificado devido à presença, desde o início do século XIX, de escravizados fugidos organizados numa aringa, nome dado à povoação de escravizados fugidos<sup>20</sup>, no território fronteiro à ilha denominado Ampapa. A povoação teria se integrado ao grupo namarral por meio de relações de lealdade e de dependência com as novas chefias. Em 1886, o governador geral afirmava que um “régulo do Namarral era

---

<sup>17</sup> Boletim Oficial de Moçambique, n.28, 11/07/1868, p.133-34. Apud SOPA, 1988, p.114.

<sup>18</sup> A primeira edição do Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique foi publicada em 13 de maio de 1854. Publicação semanal pequena, em geral, com quatro páginas, dedicadas principalmente ao comércio e interesses públicos. Foi o único jornal a circular em todo o território até 1870. ROCHA, 2000, p.32.

<sup>19</sup> Boletim Oficial de Moçambique, n. 21; 22/05/1886, p.243; Boletim Oficial de Moçambique, n. 29; 17/07/1886, p.362. Apud SOPA, 1988, p.114.

<sup>20</sup> O termo *mussito* também era utilizado com esse significado, dependendo da localidade e da época, em Moçambique. RODRIGUES, Eugénia. Senhores, escravos e colonos nos prazos dos Rios de Sena no século XVIII: conflito e resistência em Tambara. *Conference The Evolution of Portuguese Asia: Quincentenary Reflections: 1498-1998*, Charleston, South Carolina, Estados Unidos da América, 18-20 de Março de 1999.

um verdadeiro salteador, com mando sobre numerosas hordas de cafres e que se refugiam os maiores malfeitores escapados às justiças”. (CAPELA, 2006, p.86-90.)

A Ilha de Moçambique, assim como outras cidades coloniais, era composta de núcleos com uma população relativa de colonos que exerciam diferentes atividades econômicas se utilizando da mão de obra de muitos trabalhadores, muitos deles escravizados. E na lógica colonial esses seriam lugares de eventuais desordens ou até mesmo revoltas e, por isso, precisavam ser vigiados e controlados na tentativa também de proteger a população de colonos.

A partir de meados do século XIX, nota-se uma certa tensão política devido às novas relações de poder que se configuraram na África, notadamente com a corrida imperialista europeia, do estabelecimento dos sistemas coloniais em praticamente todo o continente e por novas formas de exploração do trabalho. (COOPER, 2005, p.222) Somase a isso a implementação de um projeto de “modernização colonial” a partir do qual era necessário, portanto, “conhecer melhor estas cidades, para dominar de modo mais lato as lógicas do ordenamento do território e da integração social, fosse por meios modernos de gestão, ou pela violência sobre as populações”. (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p.17)

Em artigo sobre as comunidades de origem asiática e de negros e mulatos de Lourenço Marques (atual Maputo) e suas relações com o Estado colonial e com os colonos brancos no período entre 1890 e 1940, o historiador Valdemir Zamparoni nos mostra como o crescimento dessa cidade constituiu três espaços delimitados: a cidade baixa, a cidade alta e os subúrbios. A cidade baixa era reservada ao trabalho e ao lazer dos colonos brancos e a cidade alta, mais “salubre e higiênica”, destinada às suas habitações. Já o subúrbio era o espaço reservado às populações negras e asiáticas. (ZAMPARONI, 2000, p.194)

Essa hierarquização da cidade implementada com base na raça e na cor repercutia de igual maneira na segregação espacial dos corpos, justificando ações de ordem e limpeza com o objetivo de criar um “mundo no qual todas as coisas, criaturas e corpos, estariam em seu próprio lugar”. (ZAMPARONI, 2000, p.193) Esse processo fazia parte

de um projeto modernizador fundamentado em referenciais culturais europeus, dos quais uma grande parcela da população não compartia. Parcela essa não-branca e que tinha costumes considerados não “civilizados”, como comer com as mãos, habitar palhotas, usar vestimentas exóticas, praticar rituais, ter uma organização familiar diferente. Entretanto, a permanência dessa população era necessária para o funcionamento da cidade. “A presença de africanos e asiáticos na cidade era fruto da necessidade, era tolerada, mas não desejada e, quando possível, deveria ser mantida à distância, oculta, disciplinada ou ao menos excluída dos direitos de cidadania”. (ZAMPARONI, 2000, p.222) Nos dias que correm ainda é possível notar na Ilha de Moçambique alguns desses resquícios da colonização, sobretudo no que diz respeito ao tratamento das populações autóctones residentes na Cidade Macuti, a exemplo do seu papel de “servir” a uma minoria que vive na Cidade de Pedra e Cal.

## **2. Epidemias, discurso higienista e “modernização” das cidades**

Na esteira de um projeto modernizador, que incluía princípios de ordenação e embelezamento, o poder público voltara a atenção para as condições de saúde e higiene dos habitantes das cidades. Ainda mais num momento de grandes epidemias que assolavam as principais capitais coloniais, principalmente as portuárias que se configuravam como pontos de entroncamento e de circulação de um número considerável de pessoas vindas de diferentes partes do mundo, como no caso da Ilha de Moçambique e do Rio de Janeiro. Entre o final do século XIX e o início do XX, ocorreram duas grandes epidemias nessas localidades, a de febre amarela no Rio de Janeiro e a de peste bubônica na Ilha de Moçambique. Essas epidemias geraram um processo histórico comum marcado por ações sanitárias e pelo discurso higienista que veio reforçar ainda mais a marginalização social e racial das populações da Cidade Macuti e da Boca do Mato, como veremos a seguir.

### **2.1. A Cidade Macuti e a “invasão da peste bubônica”**

(...) a imensa quantidade de palhotas, que hoje constitui uma grande parte da cidade, pode desaparecer em pouco tempo sem nenhum prejuízo da população

mais pobre que nelas habita, e com muito proveito para a salubridade e aformoseamento da mesma cidade.<sup>21</sup>

Como no trecho do documento de 1868 destacado acima, o Boletim Oficial de Moçambique seguia ao longo do século XIX noticiando as preocupações e medidas tomadas pelas autoridades locais da Ilha de Moçambique para conter o avanço da ocupação da cidade por construções populares.

Nesse sentido, regiões ocupadas pelas populações escravizadas e pobres eram alvo de inspeção e controle, pois eram vistas como os principais vetores de doenças. São inúmeros os registros que trazem descrições pejorativas sobre os maus hábitos e condições de higiene nas habitações dessas áreas mais pobres.

Em Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa, José Carlos Caldeira<sup>22</sup> menciona:

passamos pela Missanga e pelo meio do basar, onde os negros vendiam generos e preparavam suas comidas: este sitio é infecto pelos immundos costumes dos pretos, e amontoação de casas, apesar de terem recentemente mandado demolir várias barracas para fazer girar mais ar n'aquelle bairro. (CALDEIRA, 1853, p.88)

Em 1870, houve um incêndio nessa região da ilha que, nas palavras de Manoel Ferreira Ribeiro,<sup>23</sup> “o que desde o governo do marquez Aracaty se não pode levar a efeito para regularisar o fabrico das habittações n 'aquelle sitio, que era a principal origem das molestias da ilha pela acumulação de immundicies na povoação, foi conseguido pelo fogo em poucas horas!”. (RIBEIRO, 1882, p.32)

Como já foi mencionado anteriormente, ao longo do século XIX foram empreendidas inúmeras tentativas de sanear e erradicar as temidas epidemias, que assolavam as principais cidades coloniais. Várias medidas foram implementadas por

---

<sup>21</sup> BO, 9, 29/02/1868, p.40.

<sup>22</sup> Carlos José Caldeira (Lisboa, 1811 – 1882) formou-se na Academia Real da Marinha. Foi o primeiro diretor do Serviço de Estatística. Em 1850, aos 40 anos de idade, realizou uma longa viagem por territórios colonizados por Portugal, do Mediterrâneo e do Mar Vermelho até à China.

<sup>23</sup> Era formado em Teologia Dogmática e Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Foi professor de Higiene Colonial e dirigiu o gabinete de antropometria no Ateneu Comercial de Lisboa, abrindo os estudos de higiene colonial, da medicina preventiva e da profilaxia tropical.

projetos tidos como modernizadores e elaborados conjuntamente por administradores, médicos e arquitetos, visando a uma nova lógica de organização da vida urbana. Esses projetos visavam principalmente promover mudanças nas condições de saúde e higiene das populações citadinas. Eram orientados por teorias médicas de salubridade elaboradas em países europeus e, sobretudo, influenciadas pela teoria miasmática, que considerava que a transmissão das doenças se dava por meio da inalação de miasmas, isto é, o odor fétido originário da matéria orgânica em decomposição emanaria substâncias maléficas que inaladas pelas pessoas causariam doenças.

Por essa razão, naquela época os médicos sanitaristas defendiam que as atividades que promoviam a formação de miasmas não deveriam ocorrer nos núcleos urbanos. Dessa maneira, mercados, matadouros, lazaretos, hospitais e cemitérios, ou seja, espaços que de alguma maneira lidavam com matéria orgânica em decomposição, deveriam ser transferidos para as regiões periféricas das cidades. Nesse sentido, a legislação passou a ser modificada para garantir, então, as medidas sanitárias vinculadas a essa teoria médica, gerando conseqüentemente mudanças no que diz respeito à ocupação e ao ordenamento das cidades e aos hábitos da sua população.

Em artigo do *Jornal África Oriental* de 1877, foi publicado um relatório do cônsul inglês na época, F. Elton, no qual foi mencionada a teoria miasmática:

Sabeis o que é a Missanga? Mais da metade da ilha do lado sudoeste é formada de pedreiras calcareas que estão em exploração para a extração de pedra para construções e para fazer cal. A esta pedra, extremamente porosa atribui o sr. F. Elton consul inglês nesta cidade, num relatório enviado a pouco para o seu governo, a propriedade de absorverem um certo número de princípios miasmáticos, latentes na pedreira, mas que a sua exploração faz desenvolver. Avaliem os homens competentes até que ponto esta [ilegível] e exacta. Seja como for, e nas excavações provenientes da extracção da pedra, as quaes por si só continuam já um deposito d'agua estagnada, que as construiu um bairro enorme de palhotas cobertas de macute, onde vive uma população indígena de 4 ou 5 mil almas aproximadamente. As ruas mais espaçosas d'esse bairro teem um metro e meio de largura. Pelas portas d'essas palhotas entra-se 10 de [ilegível] e dentre d'elles um homem d'estatura regular onde consegue por-se em pé. Um europeu não resiste cinco minutos a atmosfera mephítica, abrasadora, [enumada], nauseante, que [ilegível] se respira dentro suportam-na melhor os pretos a quem o habito e a organização especial torna mais aptos a resistirem a sua perniciosa influencia; e esses perto [ilegível] acabam por sucumbir. (...) As chuvas torrenciais e o calor, decompõem rapidamente a

madeira d'aquelas habitações e ajudam maravilhosamente a obra dos homens.  
<sup>24</sup>

De acordo com Ana Cristina Roque (2014, p.524-525), os relatórios dos serviços de Moçambique em finais do século XIX demonstram que a população local sofria de doenças recorrentes como febres palustres, problemas gastrointestinais, doenças infecciosas respiratórias e geniturinárias. Ademais, defendiam que as características peculiares da região seriam propícias para que as epidemias se expandissem rapidamente provocando grandes surtos difíceis de serem contidos. Tratavam-se dos casos da peste bubônica, da dengue, da cólera e da tuberculose. Todas elas eram explicadas pela teoria da climatologia, isto é, o calor elevado causava o surgimento de enfermidades. Mas igualmente pela “insalubridade da terra, a alimentação deficiente, a ausência de princípios de higiene, a promiscuidade e os maus costumes, a falta de planeamento e de saneamento dos núcleos urbanos”.

As cidades portuárias, como a Ilha de Moçambique, que recebiam centenas de embarcações durante o ano inteiro, seriam porta de entrada para essas doenças infecciosas. Os serviços de saúde passaram a ser responsáveis, então, a partir de um decreto de em 1869, pela realização do isolamento das pessoas que chegavam doentes e pela desinfecção dos produtos e das embarcações, com o intuito de controlar principalmente as grandes epidemias. (ROQUE, 2014:527)

Num dos relatórios citados por Roque destacava-se a preocupação com a contenção da peste bubônica:

onde a peste bubônica não tem tendência a desaparecer, e quando este porto, por sua posição geográfica e comércio, quase todo com a Índia, tem direito a possuir um posto de desinfecção e quarentena construído como manda a ciência e economia modernas (Serviço... 6 out. 1897). (ROQUE, 2014:527)

A epidemia de peste bubônica originou-se na fronteira entre a Índia e a China, em 1855, se disseminando para o mundo em 1894, partir do porto de Hong Kong, possessão inglesa à época. Para o historiador Myron Echenberg (2002, p.434), essa pandemia teve um impacto grande não apenas pelo número de mortos (cerca de 15 milhões), mas

---

<sup>24</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. Jornal África Oriental. Moçambique, 28 de abril e 14 de maio de 1877.

também pelo fortalecimento do preconceito com relação aos asiáticos e pela ascensão do apartheid na África do Sul.

A peste bubônica chegou à colônia da Cidade do Cabo em 1901. As autoridades sanitárias locais logo implementaram uma medida radical de remoção de toda a população africana para as chamadas “*residential locations*”, promovendo o seu isolamento espacial e controle social. Na vizinha Lourenço Marques (Moçambique), a Polícia Sanitária não chegou a promover essa atitude extrema de segregação, mas tentou disciplinar o espaço público, perscrutar espaços e inspecionar casas e corpos de uma parcela da população, isto é, “os alvos eram as casas e os corpos negros, mulatos e asiáticos, considerados imundos e marginais às normas do bem viver à europeia”. De todo modo, os objetivos eram os mesmos “criar uma permanente prática de isolamento desta população”. (ZAMPARONI, 2000, p.200-202). Nesse contexto de ameaça de uma pandemia de peste bubônica, Zamparoni chama a atenção para “febre saneadora” encabeçada pelo poder público:

Em realidade, a peste serviu de forte pretexto para uma sistemática demolição de casas de moradia e comerciais ocupadas por negros, chineses e indianos, considerados de “baixa categoria social”, que foram paulatinamente empurrados para áreas menos cobiçadas e fora da área de circulação que definia os primitivos limites urbanos pretendendo-se assim que a cidade asseada, ordenada e salubre ficasse entregue ao deleite burguês branco e à especulação imobiliária. (ZAMPARONI, 2000, p.203)

Poucos anos antes, uma situação semelhante pode ser observada na Ilha de Moçambique. Em 1899, fora publicada uma portaria no Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique<sup>25</sup>, que refletia a preocupação das autoridades sanitárias e do governador geral Álvaro da Costa Ferreira com a “invasão da peste bubônica” à ilha. Segundo a portaria, algumas medidas preventivas deveriam ser adotadas. Destacamos abaixo os artigos relacionados às habitações:

3º. Todas as palhotas situadas nas excavações serão quanto antes removidas para os logares elevados da parte sul da ilha, queimando-se todas as que não forem removidas nos prazos designados pela autoridade, assim como todos os detritos que se possam subtrair à influencia fermentativa do solo.

---

<sup>25</sup> Arquivo do Município da Ilha de Moçambique. Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique, Portaria no. 420, 21 de agosto de 1899.

4°. À junta de saúde pública e à secção das cazas públicas compete:

- a) Designar as palhotas que devem ser removidas.
- b) Designar as que devem ser queimadas.
- c) Designar os locais para as novas construções.
- d) Determinar a forma e dimensões mínimas das palhotas, bem como as suas relações recíprocas de vizinhança.

5°. Deverão ser plantados coqueiros, mangueiras ou quaisquer outras árvores nos terrenos deixadas a descoberto pelo desaparecimento das palhotas, ficando os proprietários ou administradores d'esses terrenos sujeitos à polícia sanitária geral para os efeitos da manutenção das necessárias condições higiénicas.

6°. É permitido construir palhotas nos locais agora reprovados quando tenham sido feitos os respectivos aterros, ouvidas previamente a junta de saúde pública e a secção das obras públicas, nos termos do n.º 4º d'esta portaria.

Para além da regulação da prática de exploração das pedreiras, mais uma vez a população alforriada e pobre era empurrada para áreas menos valorizadas e o mais distante possível do núcleo central da Ilha de Moçambique, local de moradia dos brancos colonos e dos estabelecimentos da administração pública.

No já citado artigo publicado no *Jornal África Oriental*, em 1877, fica explícita qual era a grande preocupação das autoridades locais:

Para a construção d'habitações para os indígenas deveria a Câmara indicar um local apropriado para o lado da ponte da ilha, não consentindo que se edificassem palhotas a que faltassem as seguintes condições: capacidade necessária para comportar a quantidade d'ar indispensável ao número de pessoas que n'ellas devessem residir; abolição completa dos tectos de "macute" e a sua substituição por telha; o número de janelas suficiente para que o ar se renove com facilidade. Essas palhotas sujeitar-se-hiam em tudo o mais ao traçado geral do bairro indígena, previamente feito pelo engenheiro da Câmara e aprovado pela autoridade superior d'obras públicas.

É indispensável acabar com o actual bairro indígena cuja inconveniência se depreende do que deixamos exposto. O sacrifício que houvesse de fazer-se com o custo das expropriações seria bem compensado pelas vantagens incalculáveis que promoveriam o bem estar da população (...).<sup>26</sup>

Em suma, o objetivo principal era promover o distanciamento da população considerada "indígena" ao propor a delimitação da sua presença num espaço "para o lado da ponte da ilha", isto é, próximo à saída da cidade e distante da Cidade de Pedra e Cal. Além de "acabar com o actual bairro indígena", que representaria o atraso e o primitivismo, obstáculo ao progresso, à modernização e à civilização.

---

<sup>26</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Jornais*. *Jornal África Oriental*. Moçambique, 28 de abril e 14 de maio de 1877.

## 2.2. A febre amarela chega à Boca do Mato

Nesse mesmo contexto, uma epidemia de febre amarela chegava à Boca do Mato, conforme vemos no documento abaixo, um cartograma criado em 1896 com as regiões onde foram encontrados focos da doença. A Boca do Mato está na área demarcada como Serra do Matheus.

**Imagem 6: Cartograma da Febre Amarela no Rio de Janeiro, 1895**



Instituto Sanitario Federal e J. C. Regasoli. Cartogramma da febre amarela durante o anno de 1895 na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Sanitario Federal, 1896. Mapa.  
Disponível em <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g5404r.ct003654> Acesso em 22 setembro 2021.

Não era a primeira vez que essa doença assolava a cidade do Rio de Janeiro. Durante a epidemia de 1850 e até a década de 1870, o debate entre médicos, autoridades sanitárias e políticos girou em torno das formas de disseminação da doença e das medidas de controle. Para os chamados contagionistas, a febre amarela seria transmitida por meio do contato entre pessoas e objetos, e o seu controle deveria se dar, sobretudo, por meio da quarentena de navios e do isolamento dos doentes em hospitais distantes da cidade. Por outro lado, os infeccionistas acreditavam na teoria miasmática que circulou, como já

mencionado neste artigo, entre Europa, África e agora América Latina, sendo necessária a modificação das condições ambientais da cidade.

Em 1873 e 1876, ocorreram dois grandes e graves surtos que causaram a morte de um pouco mais de 7 mil pessoas, mas com indícios de ocultação do número real pelo governo. (CHALHOUB, 2006; LOWY, 2006). Pesquisadores que seguiam a teoria microbiana buscaram isolar o agente causador da febre amarela e produzir uma vacina. Mas, ainda assim, os médicos acreditavam no contágio por miasmas e defendiam a eliminação dos seus espaços de produção por meio de políticas sanitaristas. Nesse sentido, de acordo com o historiador Sidney Chalhoub (2006, p.88), as autoridades públicas agiram na tentativa de disciplinar as habitações populares, conhecidas como cortiços, onde viviam negros crioulos ou africanos, escravos de ganho, libertos ou livres, agora juntamente aos recém imigrantes.

A identificação dos cortiços como foco geradores dos germes da febre amarela foi fato de enorme significado simbólico e político. Não havia nenhuma definição clara sobre o que era um cortiço, e numa cidade sempre às voltas com um déficit de moradias na segunda metade do século XIX, a tendência era considerar como tal qualquer habitação que, segundo os padrões instáveis dos sanitaristas, fosse vista como imunda e apinhada de gente. (...) passaram a defender planos de transformação radical do espaço urbano – para o bem da saúde pública e, como se revelou, para o prazer de certos investidores. A ideia era evitar a continuidade da produção de emanções miasmáticas, quando tal objetivo parecia impossível, tentar-se-ia ao menos dispersar o veneno através da abertura de ruas e avenidas bem largas. Quanto aos cortiços, como bem recorda o leitor, o sonho era demoli-los todos. (CHALHOUB, 2006, p.88).

É preciso lembrar que esse era um contexto de intensas discussões em torno das transformações nas relações de trabalho marcadas pela substituição do trabalho escravizado pela mão de obra livre assalariada e que privilegiavam a imigração de trabalhadores europeus brancos. A epidemia de febre amarela era vista como um empecilho a essa política de imigração, dado que os trabalhadores europeus recém-chegados eram atingidos mortalmente em maior número pela doença. Isso teria levado as autoridades públicas a priorizarem o combate à febre amarela, ao passo em que doenças como a tuberculose e a varíola eram até mais graves, porém atingiam muito mais a população negra. Significa dizer que as políticas de saúde pública no final do século XIX

estavam atreladas a uma ideologia racial e a um projeto de branqueamento da população brasileira. CHALHOUB, 2006, p.89)

No restante da América Latina, a febre amarela, também chamada de "febre do temperamento", surgiu em meados da década de 1850, se espalhando do Brasil para Montevidéu e Buenos Aires através de navios. Em 1857, a doença atingiu um terço da população de Montevidéu e matou 888 pessoas. Já em Buenos Aires, a febre amarela chegou em 1858. Apesar de ter provocado um número menor de casos e mortes, a partir desse momento, um conjunto de projetos e leis foi implementado, atingindo espaços e costumes considerados causadores da epidemia. (GALEANO, 2009, p.108-109)

De modo muito semelhante ao Brasil, o foco dos higienistas recaiu sobre os espaços possíveis de transmissão da febre amarela de acordo com a teoria dos miasmas, como cemitérios, hospitais, matadouros e certas habitações familiares, como os cortiços. De acordo com o historiador argentino Diego Galeano (2009, p.110), em artigo sobre a atuação de médicos e policiais durante a epidemia de febre amarela em Buenos Aires em 1871:

En los digestos municipales de la década de 1870 se observan innumerables reglamentaciones sobre el uso de letrinas y normativa sobre las casas habitadas por más de una familia. La memoria de la epidemia de fiebre amarilla de 1871 fue clave para la conformación de ese imaginario que asociaba enfermedad y vivienda popular. (GALEANO, 2009, p.110)

No início do século XX, houve um ponto de inflexão no combate à doença. O vetor intermediário da febre amarela – o mosquito *Stegomyia fasciata* – fora identificado acarretando a criação de um programa com uma abordagem ecológica, que levava em consideração o ambiente e o clima, voltando-se à eliminação dos mosquitos. (LOWY, 2006).<sup>27</sup>

O já citado cartograma de 1895 sobre a febre amarela no Rio de Janeiro pode ser um indício desse novo programa de combate à doença. O mapa foi elaborado pelo

---

<sup>27</sup> Em 1881, o pesquisador cubano Carlos Finley já havia lançado a hipótese de que a transmissão da febre amarela seria dada pelo mosquito, sendo confirmada após 20 anos de pesquisa realizada pela Comissão Reed.

Instituto Sanitário Federal, criado em 1894 com a fusão do Laboratório de Bacteriologia e da Diretoria Sanitária, e tinha como objetivo “o estudo da natureza, da etiologia, do tratamento e da profilaxia das moléstias transmissíveis, bem como a pesquisa bacteriológica de interesse da saúde pública”.<sup>28</sup> Esse documento pode demonstrar a preocupação nesse momento também em mapear as áreas periféricas da cidade, localizadas em plena região de Mata Atlântica, possíveis focos do mosquito vetor da doença.

Além disso, a virada do século XIX para o XX coincide com um momento de especulação imobiliária nos subúrbios cariocas decorrente, em grande parte, do crescimento rápido e desordenado da cidade impulsionado pela imigração de trabalhadores europeus. De acordo com Jaime Benchimol:

No final do século XIX, os principais núcleos suburbanos cariocas já estavam formados e em franca expansão. Queimados, Maxambomba (atual Nova Iguaçu), Cascadura e Engenho Novo, S. Cristovão e Sapopemba (atual Deodoro), São Francisco Xavier, Riachuelo e Todos os Santos foram as primeiras estações da Central, todas inauguradas no período 1858/1870. Na década de 1880, surgiram as estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira, Encantado; em 1890, Madureira. (BENCHIMOL, 1992, p.261)

O branqueamento da região são métodos que fazem parte do que Mbembe chama de ‘ocupação colonial’. E mesmo após o fim da colonização, já na construção da imagem ‘moderna’ de cidade, esse tipo de ação sobre o espaço manteve-se operante. Exemplo disso é a forma como os trens operavam no século XIX:

As passagens custavam de 1ª classe 900 réis, de 2ª 600 réis e de 3ª classe 300 réis. Mais tarde quando as composições de trens começaram a sair da estação de D. Pedro II, cada carro tinha uma cor característica; os pintados de vermelho serviam a 1ª classe; o azul a 2ª classe e os de cor castanho para uso de bagagens, mercadorias, escravos e pretos que não podiam se misturar com os brancos sendo, apenas, permitido viajar na segunda classe, quando acompanhado de seus donos. (DREUX, 1990. p. 26)

---

<sup>28</sup>Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/609-instituto-sanitario-federal> Acesso em 1 outubro de 2021.

O espaço destinado aos negros, livres e escravizados, na composição do trem que passava pela Estação Meyer reflete qual era o lugar social ocupado por esses homens e mulheres. Como ressaltado por Cláudia Mesquita, o crescimento da cidade, ainda no século XIX, deu-se em dois sentidos: “um em direção às zonas sul e norte – redutos das classes médias e alta –, e outro em direção aos subúrbios, ocupados pelas classes proletárias”. (MESQUITA, 2008) Esse movimento de expansão do espaço urbano, que começava a modificar fisicamente a paisagem, trazia consigo também o anseio por uma imagem ‘civilizada’ de cidade, no qual os sujeitos marginalizados precisavam manter-se controlados, em lugares devidamente demarcados. As demarcações podiam ser físicas, como nos mostra o exemplo da composição do trem, mas também eram acionadas no nível simbólico.

A descrição da região realizada por Dreux, mesmo que ocorrendo de forma posterior, é suficiente para ilustrar como era visto o espaço antes da chegada das famílias patriarcais e de seu subsequente branqueamento:

(...) seu aspecto ainda era pobre e desolador com suas ruas sinuosas e lamacentas, cobertas por mato e pequenos córregos mal cheirosos (...) As casas de moradia que despontavam eram de construção acanhada, conservando sua arquitetura rudimentar e provinciana. (DREUX, 1990, p. 22)

O aspecto ‘pobre’ e ‘desolador’ da região definitivamente não correspondia à visão da cidade moderna que estava no bojo dos projetos de expansão da época e, certamente, seus habitantes também precisavam refletir esta imagem de civilidade. Esse desejo de transformação se refletiu na chegada das famílias patriarcais, como já explorado anteriormente, mas também se materializou na forma de propostas de modificação urbana.

Em uma proposta datada de 1890, Antônio Zeferino Candido, Barão de Vidal e Barão de Santa Margarida propõem a criação de uma ‘cidade’ que compreenderia a Serra do Matheus, Jacarepaguá, chegando até a Boca do Mato, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Meyer, Cachambi e alguns terrenos da freguesia do Engenho Novo. O projeto previa, basicamente, a construção de infraestrutura para a instalação de novas residências, incluindo a desapropriação de terras locais com a finalidade de ocupar a área com uma

população de maior poder aquisitivo. Segundo documento da proposta, disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, essa nova *'cidade'* sairia do papel em 30 anos e contribuiria para a modernização da região.<sup>29</sup> O projeto acabou não se concretizando, porém, a busca pela imagem de modernidade seguiu a passos largos, passando por cima da população negro-africana, que no pós-abolição foi sendo cada vez mais hostilizada, como nos mostrou o exemplo da perseguição sofrida pela liderança religiosa Tia Chimba na Serra dos Pretos Forros.

### Considerações finais

A partir da produção de histórias conectadas acerca de determinados aspectos da colonização e da escravização, ensejamos com este artigo chamar a atenção para uma nova forma de se pensar as relações entre América Latina e África e, mais especificamente Moçambique, para além das tradicionais interpretações acerca do tráfico de escravizados e do intercâmbio de produtos, destacando as intersecções e complexidades dos processos históricos. Sendo assim, este artigo tentou estabelecer uma aproximação entre as experiências de duas comunidades que são fruto do fenômeno de marginalização histórica dos indivíduos negro-africanos: a comunidade Boca do Mato, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro e a Cidade Macuti, na Ilha de Moçambique.

Uma primeira conexão foi realizada a partir dos processos semelhantes de ocupação desses espaços físicos por escravizados fugidos, libertos e seus descendentes (igualmente observado em outras localidades da América Latina), bem como do uso de técnicas africanas de arquitetura para a construção de moradias. Outro paralelo traçado entre as duas comunidades foi possível a partir dos casos de controle e perseguição e das representações pejorativas sobre suas populações e manifestações culturais e religiosas, como os cultos de matriz africana e os chamados batuques no século XIX. Essas experiências são consequências do processo de territorialização proporcionado pela colonização, que arranhou os espaços e classificou as pessoas em diferentes categorias, estabelecendo hierarquias e segregações sociais e raciais.

---

<sup>29</sup> Códice 46.2.60. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Privilegiando a investigação de histórias locais que revelam dinâmicas globais e que considera a circulação de pessoas, ideias e projetos nos múltiplos espaços constituídos através do Atlântico, analisamos também as ações sanitaristas e os discursos higienistas diante das epidemias que assolaram esses espaços entre meados do século XIX e o início do XX, e que foram atrelados a projetos “modernizadores” das cidades. Vimos como a peste bubônica na Ilha de Moçambique e a febre amarela no Rio de Janeiro, bem como as políticas de saúde pública atreladas a uma ideologia racial, impactaram as populações da Boca do Mato e da Cidade Macuti, e reverberam nos usos desses espaços físicos. Uma conexão possível foi observada com alastramento da chamada "febre do temperamento", do Brasil em direção a Montevideu e Buenos Aires, em meados da década de 1850.

Essas experiências comuns analisadas são resultado das relações de poder assimétricas estabelecidas pela colonização e escravização das suas populações, tendo conseqüentemente promovido clivagens sociais e raciais e imaginários culturais por meio da territorialização. Se a escravização e a colonização são marcos desse processo de inferiorização de negro-africanos na sociedade moderna, não encontramos um ponto final dessa história. Porém, é possível mapear e identificar os processos de transformação e desenvolvimento de antigos e novos dispositivos que reinterpretam e atualizam tais práticas no espaço físico, assim como é também necessário que identifiquemos as formas de resistências e sobrevivências, que deixam evidentes a força contida nas estratégias de luta de inúmeros grupos que resistem a esses processos de marginalização.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes**

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 46.2.60.

Arquivo do Município da Ilha de Moçambique. Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique.

Biblioteca Nacional de Portugal. Jornal África Oriental.

CALDEIRA, Carlos José. Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa. Parte Segunda, Lisboa, 1853.

GAMA, José Vicente. Almanaque civil eclesiástico histórico-administrativo da província de Moçambique, 1859.

RIBEIRO, Manoel Ferreira. A capital de Moçambique sob o ponto de vista da imigração e colonização. Porto, 1882.

SOVERAL, Aires De Carvalho. Breve estudo sobre a Ilha de Moçambique acompanhado d'um pequeno dicionário português-macua. Porto, 1887.

## **Bibliografia**

ARMUS, D. El descubrimiento de la enfermedad como problema social. In: LOBATO M. (org.). El progreso, la modernización y sus límites. Buenos Aires: Sudamericana; 2000.

BENCHIMOL, Jaime. Dos mosquitos aos microbios: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ-Fiocruz; 1999.

BENCHIMOL, Jaime. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

CAPELA, José. Como as aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos. Tempo, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 83-108, jan-jun. 2006.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania no pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 203-332.

DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa. A cidade e o colonial. In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (org.). Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2013, p. IX-L.

DREUX, Wilson. Méier, um século de história (Morro dos Pretos Forros foi aqui que tudo começou). Themis: 1990.

ECHENBERG, Myron. Pestis Redux: The Initial Years of the Third Bubonic Plague Pandemic, 1894-1901. Journal of World History, 2002, Vol. 13, n.º 2, p. 429-449, 2002.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALEANO, Diego. Médicos y policías durante la epidemia de fiebre amarilla (Buenos Aires, 1871). In: Salud colectiva. Buenos Aires, v. 5 n.º 1, p. 107-120, (ene./abr. 2009).

GOMES, Flávio S. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: Dicionário da Escravidão e liberdade. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.: 2018.

HILL, Pascoe Grenfell. Cinquenta dias a bordo de um navio negro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LOVEJOY, Paul. A escravidão na África. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LÖWY, Ilana. Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Tradução de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (org.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 14-44.

MATTOS, Regiane Augusto de. Batuques da terra, ritmos do mar: expressões musicais e conexões culturais no norte de Moçambique. Revista de História, v. 178, p. 1-39, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA da UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. Cuando el poder brutaliza el cuerpo, la resistencia asume una forma visceral. Entrevista concedida a El diario. Disponível em: <[https://www.eldiario.es/interferencias/Achille-Mbembe-brutaliza-resistencia-visceral\\_6\\_527807255.html](https://www.eldiario.es/interferencias/Achille-Mbembe-brutaliza-resistencia-visceral_6_527807255.html)> Acesso em 11/09/2021.

MESQUITA, Cláudia. De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta. Rio de Janeiro: Editora Casa de Rui Barbosa, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in) tolerância. Anais do XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92> Acesso em 20/09/2021.

PEREIRA, Matheus Serva. “Grandiosos batuques”: identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890-1930). Tese de doutorado, História Social, Unicamp, Campinas, 2016.

RIBEIRO, Guido Dowsley Paes Leme. Os Pretos Forros na Folia de Reis: reflexões sobre os saberes trocados nessa festividade. Monografia, Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, Aurélio. Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil no século XIX. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 21, p. 200-204, 1991.

ROCHA, Ilídio. A imprensa de Moçambique. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

RODRIGUES, Eugénia. Senhores, escravos e colonos nos prazos dos Rios de Sena no século XVIII: conflito e resistência em Tambara. Conference The Evolution of

Portuguese Asia: Quincentenary Reflections: 1498-1998, Charleston, South Carolina, Estados Unidos da América, 18-20 de Março de 1999.

ROQUE, Ana Cristina. Doença e cura em Moçambique nos relatórios dos serviços de saúde dos finais do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.524–525, abr.–jun. 2014.

SOPA, Antonio. Campos de Oliveira: Jornalista e escritor moçambicano (1854-1911). Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo, n. 4 Especial, outubro, p.105-148, 1988.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Modern Asian Studies, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, p. 735-762, Jul., 1997.

XAVIER, Ângela Barreto, SANTOS, Catarina Madeira. Entrevista a Sanjay Subrahmanyam, Cultura [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado o 27 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/904>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.904>

WEIMER, Günter. Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Ciumas e Afro-maometanos. Colonialismo e Racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940, Lusotopie, VII, p. 191-222, 2000.